

SOBRE A PRODUÇÃO DO SENTIDO

Hugo Mari

Leila Mariné da C. Guimarães

Romualdo Dâmaso

I. INTRODUÇÃO

O trabalho seguinte é um "texto sobre o texto". Porém, para uma aproximação melhor do que aqui gostaríamos de entender como *texto*, especificamos: a) não se trata daquilo que sobra uma vez abstraído o contexto (ou seja, algo parecido com uma página branca cheia de manchas em negrito); b) não se trata apenas de uma forma resultante, cujo processo de produção desconheceríamos. Para os objetivos do trabalho que agora iniciamos, texto quer dizer "tecido" (1), como na seguinte citação de Eduardo Prado Coelho (2):

"Que é texto? É uma determinada *prática significante* que se isenta das condições normais de comunicação e significação e institui um espaço específico onde se redistribui a ordem da língua e se produz uma determinada significância. A *significância* é, num primeiro momento, a recusa de uma significação única; é o que faz do texto, não um produto, mas uma produção; é o que mantém o texto num estatuto de *enunciação*, e rejeita que ele se converta num *enunciado*; é o que impede o texto de se transformar em *estrutura*, e exige que ele seja entendido como *estruturação*"

Tomamos partido numa discussão sobre o problema do *sentido*. Nenhum texto tem um sentido instalado, invariável, depositado nalgum lugar (geralmente é na cabeça do autor e do leitor que se "pensa que ele está": a) como se sua trama, sua complicação e descomplicação, seu velamento e desvelamento estivessem sob o comando daquele que deteria - desde um centro, reconhecido ou não - a sua topografia: *o autor*; b) como se o leitor (ou ouvinte, ou telespectador, por que não?) devesse completar um processo de comunicação e de clareza, ocupando o lugar que lhe é apontado na trama dirigida do texto: aquele a quem cabe decodificar e compreender.

A crítica quanto à noção de texto é solidária à crítica da noção de *discurso*. Ambas as noções serão retomadas adiante. Por ora é preciso acrescentar, quanto à noção de "discurso", que ela está longe de sua concepção parlamentar/eleitoral. Também este último

"discurso" nos interessa - como sendo uma "matéria-prima", mas o conceito aqui avaliado incluirá o falante, o sistema da língua - com seus precisos limites - e o contexto histórico-social da enunciação, como se verá no prosseguimento destes estudos.

II. TEXTO-SENTIDO e TEXTO-DISPOSITIVO-DE-PRODUÇÃO

Evocamos aqui duas leituras: a) de um lado, temos o que poderíamos chamar o "texto-sentido", aquele a que já nos referimos mais acima, portador de um sentido instalado, já dado, etc... b) de outro lado, nos referiremos a um texto que não tem sentido, mas que fornece um dispositivo de produção a partir do jogo do significante e que podemos apelidar de "texto-dispositivo" (lembramo-nos, particularmente, neste caso, do "A carta Roubada", de POE).

No texto-sentido, a História (que deveria ser seu contexto) está circunscrita no interior da própria obra, ela é uma história retida nos significantes verbais, ela começa e termina nos limites físicos da obra (a primeira e a última páginas, por exemplo).

No texto-dispositivo, a História é a própria trama linguística, sócio-política, ideológica e cultural, estruturante de qualquer materialidade textual possível, e, inclusive, desta obra que está na minha mão. Por acaso, alguém pode ter a obra de Freud na sua mão? O que é, exatamente, "a obra" de Freud: seus escritos, seus excrementos? Por isso, a obra de Freud tem de ser redimensionada no processo da História. Apesar de todo o seu (de Freud) esforço por não deixar o campo teórico da Psicanálise contaminar-se pelo materialismo histórico, Freud não pôde dimensionar os alcances da revolução teórica produzida pela descoberta do inconsciente e do desejo como instância produtiva. Onde domina o *saber*, o não-saber tem de descobrir as formas de articular suas próprias exigências. O *materialismo do texto* é um exemplo dessa situação. Os textos são estratificados de acordo com seu alcance específico no sistema de classes (evidentemente depois que a luta de classes já foi transformada num "sistema", por exemplo, a lei do direito de greve). Daqui deduzimos a importância do tema que agora discutimos: aquele centro emissor, que se qualifica e chega a ser reconhecido como o *detentor do sentido*, não detém, na verdade, o sentido, porque o sentido só existe onde ele é posto. O que ele detém é uma localização estratégica na rede, a qual detém os meios, o jogo e o funcionamento da produção.

Para o texto-dispositivo o autor não é um emissor, nem o emissor é um autor; os personagens não são pessoas, nada é dito de

nenhum lugar a ninguém, não há código, não há canal, não há mensagem. *O texto-dispositivo é o recalcado, o não dito na ação e na narração.*

O texto-dispositivo é o lugar da inscrição erótica, e o texto-sentido também reivindicaria para si essa atribuição. Porém, ao invés de produzir (como no texto-sentido) uma imagem (fantasma) de um objeto para se deliciar na sua contemplação imaginária, no texto-dispositivo o prazer é a própria escrita. Este prazer, entretanto, não está na possibilidade de que o leitor escreva sua própria obra a partir dos buracos privilegiados deixados pelo autor (por exemplo, quando nos identificamos com os personagens, ou então quando dizemos "ao lê-lo é como se eu lesse minhas próprias palavras"). O PRAZER ESTÁ EM ESCREVER OBRA NENHUMA, PARA NINGUÉM, DE NENHUM LUGAR, SEM CÓDIGO, SEM CANAL, SEM MENSAGEM. Aqui não se criam personagens, como um supremo demiurgo (o autor) que compõe, dá o sopro da vida, a linguagem e a morte às suas criaturas. Aqui não há personagens, no sentido de conjuntos psicológicos estáveis, cujos traços são recorrentes num processo de identificação progressiva, e de contraposição a outros conjuntos, produzindo os amores, os ódios, as aproximações e afastamentos, os conflitos e os aconchegos... Os personagens, no prazer do texto, são formas emergentes que se constituem desde a instância produtiva da narração, não são delegados de um sentido e de um autor, eles irrompem por todos os lugares, no texto, onde o não-dito se diz. Há personagens que aparecem, fazem o seu percurso e depois são deixados de lado, como caminhantes na estrada que ficaram para trás, seguindo sua história nos circuitos da ideologia e do inconsciente.

Apesar de tudo isso, o texto-dispositivo deve materializar-se (assumir sua forma nas formações do tecido), transformando-se num texto-sentido. Este movimento dialético dos textos constitui a própria narrativa do cotidiano.

Mas, para se materializar, o prazer do texto subverte a forma material da edição: aqui não há prefácio nem apêndice, pode-se lê-lo de trás-para-frente, de baixo para cima, saltando capítulos (não há capítulos), saltando páginas (não há páginas)... é melhor ler suas margens, onde não há nada escrito nem tampouco por escrever.

III. O SENTIDO DO TEXTO

Relatamos, na seção precedente, duas concepções gerais de texto: o texto-sentido e o texto-dispositivo-de-produção. Traçamos

entre eles algumas diferenças, sem comentar, entretanto, o que existe de comum, na sua essência. Tanto no primeiro como no segundo tipo de texto, o que lhes atravessa é o sentido, ou o efeito do sentido, que ora absorve, ora neutraliza, ora evidencia as ambigüidades, as incongruências e a objetividade.

O que é, todavia, este sentido que tudo faz e desfaz a um só tempo na tessitura de um texto? Entendemos, como sentido, não apenas a imagem conceitual do signo, nem o seu valor, na concepção saussureana, mas também uma direção que se adiciona a ele. Direção esta que pode representar a confrontação entre aqueles que disputam o sentido, ou que pode representar a sua imposição por parte daqueles que dele se apropriaram. Em qualquer destes momentos em que situarmos o sentido, podemos considerar que ele não é dado, mas produzido sob condições.

Cumpre lembrar aqui que alguns autores têm encaminhado a tese da produção do sentido. Por exemplo, Deleuze (3) tem assinalado que a produção do sentido se dá através da convergência da série significativa com a série significada; os pontos de ancoragem de uma série com outra, que podem variar de falante para falante a partir de um momento dado, é que representam a produção do sentido.

Rossi-Landi(4), numa outra perspectiva, concebe a linguagem como trabalho e, dessa forma, ela apresenta um produto que é de origem social. O sentido, então, resulta deste trabalho que os falantes e as comunidades executam segundo condições de produção das. Mas, admitir a produção do sentido implica propor questões que esclareçam, de imediato, que fatores intervêm na sua produção.

Assim, uma vez que toda produção tem como determinantes as suas próprias condições de produção e a renovação destas condições, é preciso que se determinem quais são estas condições, quando se trata da produção do sentido e das formas utilizadas para garanti-las. Admitindo estas condições, estamos supondo, também, que a atuação dos falantes depare com restrições, ao nível de determinantes, os quais constituem o seu limite de "agente" produtor de sentido. Que condições seriam estas?

A primeira delas pode ser atribuída ao próprio sistema linguístico, mais especificamente à sintaxe como fundo invariável. É, neste sentido, que Rolland Barthes diz que a língua não é nem reacionária, nem progressista, mas simplesmente fascista, porque ela não impede de dizer certas coisas, mas obriga a dizê-las. Paralelamente, quando Saussure admite que, ao nível da Fala, manifesta-se a liberdade do falante, não podemos desconhecer o fato de que esta "liber-

dade" está circunscrita e delimitada no espaço que a língua permite enunciar os fatos. Nesta mesma perspectiva, está uma das concepções de "criatividade lingüística" proposta por Chomsky, ou seja, a capacidade, vigiada pelas regras da Língua, que o falante tem de produzir e de perceber frases novas. Enfim, as regras lingüísticas são mecanismos reguladores do comportamento dos falantes.

Uma segunda condição remete ao espaço histórico-social onde o sentido é produzido. Assim, a atuação individual dos falantes passa por uma segunda filtragem, além daquela da ordem da Língua. Para especificar um pouco mais este limite dos falantes, parafraseamos Althusser(5) dizendo que a ideologia interpela os indivíduos, transformando-os em sujeitos de uma prática social. Ora, o falante de uma língua não constitui uma espécie diferente de indivíduo e, assim, a sua função é a de reprodução de um sentido liberado, ou a produção de um sentido permitido. Deduz-se, então, a impossibilidade de o falante escolher e elaborar, independentemente, tudo aquilo que deseja dizer. Existem formações discursivas muito específicas, dentro das quais os sujeitos se locomovem e toda produção do sentido se restringe a este espaço de locomoção, espaço não apenas restrito, mas também vigiado e censurado, com persistência.

Neste particular, todo processo de produção do sentido está ligado, num primeiro plano, ao assujeitamento dos falantes a um certo número de preceitos políticos, morais e culturais, que regulam uma formação social, num período histórico dado. Por exemplo, formações discursivas obtidas a partir da complementação de expressões como "VIVA _____!", "ABAIXO _____!", ilustram muito bem as possibilidades de cada falante, numa dada formação social. Nem todas as palavras do léxico português poderiam ser usadas aqui, resultando numa frase bem formada (restrições ao nível da Língua). Por outro lado, qualquer palavra sintaticamente adequada a preencher o primeiro espaço é também adequada ao preenchimento do segundo. Ora, se o falante, no uso comum da língua, tem como fonte de restrição apenas o nível lingüístico, é possível admitir que ele possa intercambiar, entre estes contextos, qualquer vocábulo. Sabemos, porém, que isto não se dá, pois há um subconjunto destas palavras que se prestam socialmente ao primeiro contexto, mas que são proibidas ao segundo, de acordo com prescrições que são impostas aos falantes num momento histórico específico. A situação se configura com a existência de um léxico politicamente sancionado, no qual encontramos palavras, expressões e usos carimbados de "proibido". Qualquer leitor é capaz de compor esta lista.

Um exemplo foi apresentado, recentemente, pelos movimentos grevistas. O espaço social de reivindicações, recuperado por diversos estratos da classe trabalhadora, trouxe consigo, também, as palavras apropriadas à articulação e à manifestação destas reivindicações. Rapidamente, gostaríamos de lembrar o vocábulo "companheiros", utilizado na sua forma de evocação, no início de uma fala, de uma as semblêia qualquer. Supomos que tal vocábulo, com este uso específico, estivesse banido do léxico permissível de qualquer falante da língua até há bem pouco tempo atrás, mas o espaço político conquistado representa, também, a reconquista das palavras que melhor expressam a dimensão deste espaço.

Provavelmente, as palavras liberadas, ou os usos liberados vão variar de época para época, de circunstância para circunstância. Mas o que prevalece, como constante, é a norma reguladora de produção do sentido, que não deixou de existir, mas que apenas passa a prevalecer para outro conjunto de formações discursivas. Enfim, o que persiste é o mecanismo de operação: policiamento, controle sobre aquilo que deve e pode ser dito.

Um terceiro aspecto na produção do sentido diz respeito ao lugar que o falante ocupa numa dada estrutura de classe, ou numa dada formação social. O sentido, assim produzido, representa uma forma de ação específica que não é nem predominantemente individual, nem totalmente universal. Assim, a possibilidade de certas articulações do sentido pode ser privilégio de uma classe social que dispõe do poder, numa dada estrutura política. Esta dominação não apenas reflete aquilo que pode ser "concedido" a uma classe, em termos da articulação do sentido, como ainda representa uma conveniência de esta mesma classe "legislar" sobre as formações discursivas aceitáveis.

Concretamente, este poder de legislar sobre a língua apresenta-se através da neologia (6), da redefinição das palavras, do es vaziamiento do seu sentido primitivo. Tudo isso na tentativa de se cu nhar uma nova Semântica que, operando dentro dos parâmetros da ilusão e do mascaramento, seja capaz de criar mitos, ou de, pelo menos, mitificar falsos realismos. Uma semântica assim construída e "legada" àqueles que de sua gestão estiveram ausentes, reproduz o mecanismo das linguagens totalitárias analisadas por J.P.Faye(7), especificamente a linguagem do fascismo.

IV. O SENTIDO NA POLÍTICA

Propusemo-nos sugerir algumas linhas gerais que orientariam um estudo sobre "O discurso político no Brasil em sua História re

cente". Estamos aí, mergulhados na linguagem como um lugar guerreiro, pensando a possibilidade de explicitar a linha de montagem que produz um determinado sentido entre policiamentos, restrições e vazios. Queremos pensar em termos de linha de montagem, porque ela fala de uma série que produz descontinuamente, cheia de "entremeios", que acabam por ser preenchidos pelos sujeitos-assujeitados, operários desse sentido.

Mas, ao falar do discurso político no Brasil, sempre nos ocorre a questão do discurso político propriamente dito, da sua especificidade, quer seja como discurso ou contra-discurso, porque, em qualquer lado, o político é sempre o texto das paráfrases, dos estereótipos, dos gestos mágicos, das *palavras-de-ordem*. É sempre o discurso que produz o herói, esse "Outro" no qual os mutilados e os torturados se reconhecem, e que sempre completa o que ficou faltando. A unidade é o mito maior da política.

São esses mitos que temos sempre que colocar em questão, como única condição de ventilar a nossa linguagem, de desintoxicá-la, de impedir que ela se reifique.

O mito maior que circula entre nós, nesse momento, é o da democracia. É em seu nome que nós nos articulamos em partidos, chapas e cartas-programas que garantirão seu retorno e sua permanência. Mas a *prática* democrática tem suas contradições. O sentido, na democracia, circula entre duas séries: a série dos representantes e a dos representados, cujo imaginário radical é fazer supor que a cada ponto de uma série corresponde um ponto na outra. No entanto, sabemos que as articulações, os conchavos, as correntes e as dissidências se formam num cenário à parte, ao qual as pessoas não têm jamais acesso. Qualquer história aí, é só menção porque à democracia importam os grupos constituídos, a representação.

Reportamo-nos ao silêncio dos comícios inflamados, ao silêncio dos que ouvem as chapas que incitam à participação, esta apresentada como o grande desconhecido das massas. Ouvimos sempre, em nosso cotidiano, as vanguardas pedindo respostas, sem reconhecerem o silêncio como a resposta que cabe, já que o constituinte do jogo, o que é sempre já-dado na questão, é a representabilidade, a fala de uns na boca dos outros, os centros. Temos sempre a impressão de que o trabalho político ao qual as pessoas são convidadas nessa situação é o de conferir, reconhecer, inferir: reconhecer, no discurso que se anuncia, o seu projeto, e assim perdê-lo, porque esse discurso re-calcado é irreduzível a um significado, e assim não pode fazer parte das cartas-programa; porque ele não é sério; porque ele fala do

inútil num sistema que não admite a improdutividade; porque ele deriva num discurso de estratégias. Trata-se, evidentemente, de uma produção de outra ordem. No entanto, a possibilidade de manter a nossa linguagem viva, de impedir que ela se fossilize, passa, necessariamente, por esse trabalho de dar lugar ao fortuito.

N O T A S

- (1) BARTHES, R. *O Prazer do Texto*, Lisboa, Ed. 70.
- (2) PRADO COELHO, E. "Prefácio" In: Barthes, R. *O Prazer do Texto*. Lisboa, Ed. 70.
- (3) DELEUZE, G. *A Lógica do Sentido*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- (4) ROSSI-LANDI, F. "A linguagem como trabalho e como mercado" In: *Linguística, Sociedade e Política*. Lisboa, Ed. 70, 1975.
- (5) ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa, Ed. Presença, 1974.
- (6) JEUDY, H.P. *La Mort du Sens*. France, Maison Mame, 1973.
- (7) FAYE, J.P. *Langages Totalitaires*.